



AZ@BXL



Número: 251 Data: 2022.12.02

No título: [Lagoa do Capitão](#), ilha do Pico

Nota: Localizada na Área de Paisagem Protegida da Zona Central, desta lagoa obtém-se uma vista panorâmica da vila de São Roque, da encosta norte da ilha, da Montanha do Pico, muitas vezes espelhada nas águas calmas da lagoa, e do Canal Pico – São Jorge.

De pequena dimensão, a Lagoa do Capitão possui uma área de 2,6 hectares e uma profundidade máxima de 4,5 metros. No entanto, consiste numa importante reserva estratégica de água doce e desempenha um papel vital no funcionamento e manutenção dos sistemas naturais da ilha. A par de outras lagoas integradas nesta área protegida, está classificada como Massa de Água Protegida através do Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Pico.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Faria e Castro defende aplicação do artigo 349.º do TFUE a todas as políticas da União Europeia para as RUP](#)

[FEAMPA: Comissão adota programa de 392,6 milhões de euros para Portugal](#)

[Agenda Europeia para o Turismo 2030](#)

[Nova Agenda Europeia para a Inovação: Conselho adota conclusões](#)

[Conselho adota medidas para promover o sucesso escolar das crianças em toda a UE](#)

[Pacto Ecológico Europeu: pôr termo ao desperdício das embalagens, promovendo a reutilização e a reciclagem](#)

[Publicada proposta relativa ao estabelecimento dum quadro de certificação da União para as remoções de carbono](#)

[Comissão Europeia assina novo contrato com a Arianespace referente aos serviços de lançamento de satélites Copernicus](#)

[Portáteis para a Ucrânia: nova iniciativa para recolher dispositivos técnicos para escolas, hospitais e serviços públicos ucranianos](#)

[Comissão recomenda o reconhecimento da COVID-19 como doença profissional em certos setores](#)

[Acordo sobre as regras da UE para uma melhor proteção dos consumidores em linha](#)

[Estratégia Drone 2.0: criação de um mercado europeu de drones em larga escala](#)



5 de dezembro



Dia Mundial dos Solos

No dia 5 de dezembro celebra-se o [Dia Mundial dos Solos das Nações Unidas](#). A temática deste ano, "Solos, onde os alimentos começam" destaca o valor dos solos para a produção de alimentos, melhor nutrição, e dietas saudáveis.

Os solos são compostos por organismos, minerais e matéria orgânica que fornecem alimentos aos seres humanos e animais através do crescimento das plantas. Segundo as Nações Unidas «tal como nós, os solos precisam de uma alimentação equilibrada e variada de nutrientes em quantidades adequadas para serem saudáveis. Quando as culturas são colhidas, os nutrientes são removidos do solo. Os solos deficitários em nutrientes produzem plantas subnutridas, causando fome a mais de 2 mil milhões de pessoas em todo o mundo.».



Pescas e aquicultura na UE: transição energética

Esta [iniciativa](#) estabelece uma estratégia para a transição energética do setor das pescas e da aquicultura da UE. O setor depende fortemente dos combustíveis fósseis, o que compromete a sua sustentabilidade social, económica e ambiental a longo prazo, bem como a sua resiliência, e contribui para as alterações climáticas.

O objetivo da estratégia é incentivar o setor a acelerar a sua transição energética, começando a abandonar os combustíveis fósseis, em consonância com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu em matéria de neutralidade climática, biodiversidade e eficiência dos recursos. O convite para apresentação de informações encerra a 5 de dezembro.



Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Transportes

Os ministros dos Transportes são [convidados](#) a adotar uma orientação geral sobre a proposta de regulamento relativo à rede transeuropeia de transportes (RTE-T), revisto. A política seguida relativamente à RTE-T tem a ambição de proporcionar transportes sustentáveis e eficazes em toda a União, reforçando simultaneamente a coesão social, económica e territorial. Esta proposta específica visa a construção de uma rede transeuropeia de transportes fiável, contínua e de elevada qualidade que assegure a conectividade sustentável em toda a União Europeia, sem perturbações físicas, estrangulamentos ou ligações em falta, até 2050.

A Presidência informará os ministros da situação em que se encontram os atuais dossiês legislativos, incluindo os elementos pertinentes do pacote "Objetivo 55", que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa da UE, pelo menos, 55 % até 2030.

6 de dezembro



Bem-estar animal — controlo de veículos de transporte de animais (regras atualizadas)

Esta iniciativa [estabelece](#) requisitos específicos para que os países da UE efetuem controlos oficiais a fim de assegurar que os veículos de transporte de animais cumprem as regras em matéria de bem-estar animal. Os comentários serão tidos em conta na finalização da iniciativa, que resultará na adoção dum regulamento delegado.



Bem-estar dos animais - Disposições práticas para o registo dos controlos do bem-estar dos animais nos navios de transporte de gado

Este regulamento [estabelece](#) disposições práticas para o registo dos controlos oficiais de navios de transporte de gado efetuados pelos Estados-Membros para avaliar o cumprimento das regras de bem-estar dos animais, utilizando uma base de dados partilhada existente. A Comissão Europeia agendou a adoção do regulamento de execução para o final do ano.



Mecanismo de Recuperação e Resiliência (2020-2024) — avaliação intercalar

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) é o principal instrumento de que a UE dispõe para atenuar o impacto económico e social da pandemia de COVID-19. A avaliação intercalar, que [decorrerá](#) a meio do período de implementação do Regulamento MRR, examinará, especificamente, a eficácia, a eficiência, a coerência e a pertinência dos progressos realizados na consecução dos seus objetivos e determinará em que medida gerou valor acrescentado para a UE. Esta iniciativa decorre de uma obrigação jurídica prevista no artigo 32.º do Regulamento MRR.



Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

A Comissão Europeia [apresentará](#) a sua comunicação sobre a [análise da governação económica](#). Seguir-se-á um debate no Conselho. A Comissão apresentará a Análise Anual do Crescimento Sustentável para 2023, o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2023 e a Recomendação de recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro, e os ministros procederão a uma troca de pontos de vista. Os ministros realizarão um debate de orientação sobre a revisão da Diretiva Tributação da Energia.



Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Telecomunicações

Os ministros das Telecomunicações [deverão](#) adotar orientações gerais sobre dois dossiês legislativos fundamentais para a transformação digital da UE: o regulamento que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial (Regulamento Inteligência Artificial); a revisão do regulamento relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno (eIDAS).

Até 7 de dezembro



Viajar — melhor proteção dos passageiros e dos seus direitos

Uma mobilidade justa também significa a proteção dos passageiros e dos seus direitos, como salientado na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão. A Comissão irá rever o quadro regulamentar em matéria de direitos de

passageiros, incluindo para assegurar a sua resiliência a grandes perturbações nas viagens, e incluindo opções para bilhetes multimodais.

Avaliará as opções e proporá, se for caso disso, um regime de proteção financeira adequado para proteger os passageiros contra o risco de crise de liquidez ou de insolvência relativamente ao reembolso de bilhetes e, se necessário, ao repatriamento. A proposta de regulamento que resultará desta iniciativa deverá ser publicada no segundo trimestre de 2023. Todas as partes interessadas deverão submeter os seus contributos [aqui](#).

8 de dezembro



Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Emprego e Política Social

A Presidência [tenciona](#) chegar a uma orientação geral (posição comum dos Estados-Membros) sobre duas propostas de diretiva: relativa à melhoria das condições de trabalho nas plataformas digitais; sobre a proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto. A prestação de cuidados será outro tema importante da reunião do Conselho. Os ministros debaterão a [Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados](#) e preveem adotar recomendações sobre cuidados de longa duração de elevada qualidade a preços comportáveis e sobre educação e acolhimento na primeira infância.

No seu segundo debate de orientação, os ministros debruçar-se-ão sobre o Semestre Europeu de 2023. O Conselho tenciona igualmente aprovar as principais mensagens do Comité do Emprego relativas à aplicação da recomendação sobre a integração dos desempregados de longa duração no mercado de trabalho. O Semestre Europeu é um instrumento de coordenação das políticas económicas, orçamentais, laborais e sociais a nível da UE e dos Estados-Membros.

8 e 9 de dezembro



Conferência “Perspetivas Agrícolas da UE 2022”

A [conferência EU Agricultural Outlook](#) é o evento anual de intercâmbio entre as partes interessadas sobre as perspetivas económicas agrícolas. Inclui a discussão do quadro político e considerações sobre as incertezas em torno da evolução do mercado nos próximos 10 anos.

Através de intervenções de altos representantes das instituições da UE e organizações internacionais, e de painéis de discussão, este evento orientado para o futuro reúne agricultores, peritos agroalimentares e outros atores rurais para discutir questões atuais, para além de examinar perspetivas a médio prazo para os mercados agrícolas, tendo como horizonte o ano de 2032.

Já **abriram as inscrições** para participar na Conferência, que serão encerradas às 25h59 (CET) do dia 7 de dezembro.



Conselho Justiça e Assuntos Internos

Os ministros dos Assuntos Internos [discutirão](#) a aplicação integral do acervo de Schengen na Bulgária, Croácia e Roménia e analisarão a situação global do espaço Schengen. Os ministros avaliarão os progressos alcançados na regulamentação para prevenir e combater o abuso sexual de crianças. Trocarão igualmente pontos de vista sobre a dimensão externa da migração e a situação ao longo das principais rotas migratórias, bem como sobre os aspetos dos assuntos internos da agressão da Rússia contra a Ucrânia.

Os ministros da Justiça procurarão adotar abordagens gerais sobre a digitalização da cooperação judicial e sobre a diretiva relativa aos crimes ambientais. Discutirão a diretiva contra processos judiciais estratégicos contra a participação pública (SLAPP) e trocarão pontos de vista sobre a luta contra o antissemitismo. Os ministros procurarão adotar conclusões sobre a luta contra a impunidade relativamente aos crimes cometidos no âmbito da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

Até 9 de dezembro



Controlo da adequação da aplicação do princípio do poluidor-pagador

De acordo com o princípio do poluidor-pagador os custos decorrentes das medidas de prevenção, controlo e reparação dos danos causados pela poluição devem ser suportados pelos poluidores. O presente controlo da adequação permitirá avaliar a aplicação deste princípio na UE, nomeadamente a nível das políticas suscetíveis de ter um impacto ambiental. O controlo analisará a aplicação do princípio a nível dos Estados-Membros.

Os resultados obtidos servirão de base para as recomendações que deverão ser formuladas em 2024 sobre a melhor forma de aplicar este princípio. O convite à apresentação de informações [encerra](#) a 9 de dezembro.

13 de dezembro



Workshop Fusões Digitais

A Comissão realizará um [workshop](#) sobre fusões digitais no dia 13 de dezembro de 2022. O workshop será um fórum para discussões abertas sobre a avaliação de fusões na economia digital. Abordará a prática emergente de tomada de decisão e fomentará reflexões sobre as especificidades da análise de transações em mercados digitais.

As características particulares dos mercados digitais tendem a amplificar eventuais efeitos anticompetitivos das aquisições. Os fortes efeitos de rede, as vantagens geradas pelo acesso aos dados, os “riscos de tombamento” em favor de um único player ou o surgimento de ecossistemas digitais são aspectos importantes que requerem avaliação criteriosa na análise das transações.

O workshop reunirá especialistas em concorrência, académicos e representantes empresariais, podendo efetuar o seu registo [aqui](#), para participação presencial ou em linha.

13 e 14 de dezembro



Info Days Horizonte Europa - Cluster 6

A Comissão Europeia nos dias 13 e 14 de dezembro de 2022 [organizará Info Days](#) para apresentar o programa de trabalho Horizonte Europa 2023, com especial atenção para os temas do Cluster 6 (Alimentação, Bioeconomia, Recursos Naturais, Agricultura e Ambiente).

Os *Info Days* darão aos potenciais candidatos a oportunidade de aprender mais sobre as oportunidades de financiamento no âmbito do novo programa de trabalho.

Os *Info Days* do Cluster 6 decorrerão virtualmente, com duração de dois dias. Depois de uma sessão plenária definir o contexto político geral, as sessões temáticas abrangerão cada um dos sete “destinos” do programa de trabalho do Horizonte Europa. Para encerrar, os candidatos receberão informações práticas e “dicas” para preparar suas propostas de projetos.

Até 14 de dezembro



Ano Europeu das Competências 2023

A Comissão Europeia [abriu](#) um período para apresentação de comentários em relação à proposta de Decisão de tornar o ano de 2023 o ano europeu dedicado às competências. Está, assim, aberto período mínimo de 8 semanas para apresentar comentários sobre este ato. Todos os comentários recebidos serão coligidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.

Até 15 de dezembro



Painel de Avaliação da Justiça na UE de 2023 - Comunicação

Os sistemas judiciais eficazes desempenham um papel essencial na aplicação da legislação da UE e na preservação do Estado de direito e dos valores nos quais a UE se alicerça.

O Painel de Avaliação da Justiça na UE, além de apresentar uma panorâmica anual dos indicadores relativos à eficácia dos sistemas judiciais, ou seja a sua eficiência, a sua qualidade e a sua independência, ajuda os Estados-Membros a melhorar a eficácia dos seus próprios sistemas judiciais. O carregamento das informações pelas partes interessadas deverá ser realizado [aqui](#).

Até 16 de dezembro



Conceção ecológica — Comissão Europeia vai examinar a necessidade de novas regras sobre o impacto ambiental da energia fotovoltaica

Dado o papel que os produtos fotovoltaicos deverão desempenhar na descarbonização do sistema energético da UE, é essencial que os produtos recém-instalados na UE sejam respeitadores do ambiente. Por conseguinte, a Comissão está a [avaliar](#) a

necessidade de regulamentação para gerir os impactos ambientais dos produtos fotovoltaicos. O novo regulamento deverá ser adotado pela Comissão Europeia no segundo trimestre de 2023.



Etiquetagem energética — Comissão Europeia vai examinar a necessidade de novas regras sobre o impacto ambiental da energia fotovoltaica

Dado o papel previsto para os produtos fotovoltaicos na descarbonização do sistema energético da UE, é essencial que os produtos a instalar na UE sejam respeitadores do ambiente. Por conseguinte, a Comissão está a [avaliar](#) a necessidade de regulamentação para gerir os impactos ambientais dos produtos fotovoltaicos.

Até 21 de dezembro



Defesa do consumidor — reforço da cooperação em matéria de aplicação da legislação

A digitalização dos mercados de consumo e os novos modelos empresariais colocam novos desafios à aplicação da legislação da UE em matéria de defesa do consumidor. As autoridades de defesa do consumidor e a Comissão devem cooperar estreitamente para combater de forma eficaz as práticas comerciais além-fronteiras não conformes. É fundamental dar uma resposta flexível, desencorajante, eficaz em termos de custos e rápida, em especial se as infrações forem generalizadas ou afetarem setores inteiros.

A presente iniciativa introduz alterações específicas ao Regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor com vista a responder a estas questões. Todas as partes interessadas [poderão](#) contribuir para esta consulta pública ao carregarem os seus contributos até ao dia 21 de dezembro. A proposta de regulamento deverá ser adotada pela Comissão Europeia no primeiro semestre de 2023.



Jornalismo: candidaturas ao programa #EUinMyRegion Media Trips

É jornalista e trabalha numa região da UE? Gostaria de saber mais sobre a política de coesão, os fundos e as políticas da UE? Se assim for, está convidado a [candidatar-se](#) ao programa de estudo [#EUinMyRegion Media Trips](#). O convite está aberto a todos os jornalistas de âmbito local e regional até às 15h00 (hora dos Açores) de 21 de dezembro de 2022. O programa inclui sessões de formação à distância e uma visita de estudo a Bruxelas. Dará informações sobre as instituições da UE e respetivas estruturas e procedimentos, a política de coesão e a forma como a UE trata a fraude e a má gestão dos fundos.

A primeira visita de estudo a Bruxelas terá lugar em 2 e 3 de fevereiro de 2023. Serão organizadas duas outras visitas em março e abril. Prevê-se que cerca de 40 jornalistas participem em cada visita de estudo. A Comissão cobrirá as despesas de deslocação e alojamento decorrentes da participação no programa.



Cartão Europeu de Deficiência – Convite à apresentação de comentários

O cartão europeu de deficiência facilitará a livre circulação das pessoas com deficiência na UE. Com este cartão, a condição de deficiência reconhecida num país da UE também deverá ser reconhecida noutros países, dando ao titular acesso em condições preferenciais a certos serviços em toda a UE. Deverá basear-se no projeto-piloto do cartão europeu de deficiência (que abrange a cultura, o lazer, o desporto e os transportes) e aplicar-se a uma gama mais vasta de serviços. Poderá também incorporar o cartão de estacionamento da UE para pessoas com deficiência. Mais informações [aqui](#).

Até 6 de janeiro



Alteração do Regulamento QFP 2021-2027 para apoio à Ucrânia

Está aberto um [período de carregamento de comentários](#) em relação à proposta de alteração do Regulamento referente ao Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo. Os comentários recebidos serão publicados, pelo que devem respeitar as [regras aplicáveis a comentários e sugestões](#).

Até 9 de janeiro



Serviços turísticos — iniciativa de arrendamento de curta duração

Esta [iniciativa](#) tem por objetivo fomentar um crescimento responsável, justo e fiável dos arrendamentos a curto prazo como parte de um ecossistema turístico equilibrado. Visa igualmente assegurar condições de concorrência equitativas para todos os prestadores de serviços de alojamento e responder às muitas partes interessadas que pediram uma ação a nível da UE neste domínio. A iniciativa implicará a oferta de soluções equilibradas para as cidades, os fornecedores e as plataformas de arrendamento de curta duração entre pares e profissionais, beneficiando, em particular, as pequenas e médias empresas. A proposta de regulamento será adotada em 2023.



Poluição da água – Regras da UE em matéria de tratamento de águas residuais urbanas (atualização)

Garantir que as águas residuais urbanas são limpas e seguras é fundamental para proteger a saúde pública e o ambiente. Esta componente essencial da política da UE no domínio da água é abrangida pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta [iniciativa](#) procederá à revisão da diretiva após uma avaliação recente da mesma ter identificado algumas insuficiências e novas necessidades da sociedade, às quais deve ser dada resposta.



Qualidade do ar — revisão das regras da UE

O ar limpo é essencial para a saúde humana e ambiental. Para o efeito, a UE estabelece normas para evitar a acumulação de concentrações excessivas de poluição. No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a UE está a rever estas normas, a fim de as aproximar das recomendações da Organização Mundial da Saúde. Visa igualmente melhorar o conjunto de legislação da UE em matéria de ar limpo, com base nos ensinamentos retirados da avaliação («balanço da qualidade») das regras da UE neste domínio, realizada no ano passado. Os [contributos](#) relativos a esta proposta de Diretiva podem ser carregados até ao dia 9 de janeiro.

Até 10 de janeiro



Convite à apresentação de propostas de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão

A Comissão Europeia lançou o [6º convite à apresentação de propostas](#) de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão, com um orçamento global de 7 milhões de euros. Os meios de comunicação social, bem como as universidades, agências de comunicação e outras entidades privadas e organismos públicos são convidados a apresentar as suas propostas para reportagens editorialmente independentes sobre a Política de Coesão. A Comissão cobrirá 80% do custo dos projetos, com subvenções até 300 mil euros para os beneficiários selecionados. O prazo de candidatura termina às 17:00 CET, 10 de janeiro de 2023.



Consulta pública sobre a revisão do Regulamento de *minimis*

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a revisão do Regulamento de *minimis*, que decorrerá até ao próximo dia 10 de Janeiro de 2023. A Comissão propõe-se rever o limiar de *minimis* para o adaptar ao contexto económico atual e a melhorar os requisitos de transparência. Estas alterações traduzem-se no texto do regulamento [proposto](#), que está sujeito à presente consulta pública, podendo consultar [aqui](#) a nota explicativa que acompanha a proposta de revisão do Regulamento.

Até 11 de janeiro



Revisão das regras da UE em matéria de materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos

A política da UE em matéria de segurança dos alimentos inclui regras relativas aos materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos (p. ex., embalagens de alimentos, artigos de cozinha e de mesa e equipamentos para transformação de alimentos). Esta iniciativa visa modernizar as regras, a fim de: garantir a segurança dos alimentos e um elevado nível de proteção da saúde pública; reduzir a presença e a utilização de produtos químicos perigosos; ter em conta os conhecimentos científicos e tecnológicos mais recentes; apoiar a inovação e a sustentabilidade através da promoção de soluções reutilizáveis e recicláveis seguras, ajudando a reduzir o impacto ambiental do setor.

O [período de submissão de contributos](#) para esta consulta pública encerra a 11 de janeiro. A Comissão Europeia planeia publicar a proposta de regulamento no segundo trimestre de 2023.

Até 13 de janeiro



Revisão da Comunicação da Comissão relativa à definição de mercado relevante para efeitos do direito comunitário da concorrência

A Comissão Europeia lançou, a 8 de novembro, uma consulta pública sobre o [projeto de revisão da Comunicação relativa à definição de mercado](#). A Comunicação relativa à definição de mercado está a ser revista pela primeira vez desde a sua adoção em 1997, para ter em conta a evolução significativa dos últimos anos, em especial a digitalização e as novas formas de oferta de bens e serviços, e a fim de refletir a natureza interligada e globalizada das trocas comerciais.

A Consulta decorrerá até ao próximo dia 13 de janeiro de 2023. Mais informações sobre a consulta poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de janeiro



Prémio de Gestão de Solos e Terras

O [convite à apresentação de candidaturas](#) estará aberto até ao dia 15 de janeiro. O [prémio](#) é atribuído todos os anos ao vencedor durante o Fórum para o Futuro da Agricultura, que se realiza em Bruxelas. A iniciativa premeia as práticas de gestão do solo que atenuam as ameaças do solo, ou seja, degradação do solo, erosão, redução do teor de matéria orgânica, contaminação difusa e compactação, bem como a redução da biodiversidade do solo, salinização, impermeabilização, inundação e deslizamento de terras. Quem pode candidatar-se? Agricultores, proprietários de terras, gestores de terras, grupos de agricultores, por conta própria ou em colaboração com institutos de investigação, universidades e/ou empresas privadas.

Atenção: a candidatura deve ser preenchida preferencialmente em inglês. Se a candidatura for redigida noutra língua, deve ser anexado um resumo bem estruturado do projeto em inglês. O projeto terá de ser submetido via e-mail ao Coordenador do Prémio em Emmanuelle.mikosz@elo.org.

Até 18 de janeiro



Candidaturas ao Colégio da Europa

As candidaturas para a frequência de cursos de pós-graduação no Colégio da Europa no ano académico 2023/2024 [estão](#) abertas até 18 de janeiro de 2023. O Governo Regional dos Açores atribui anualmente uma Bolsa de Estudo – Bolsa “José Medeiros Ferreira” - para a frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa - no Campus de Bruges (Bélgica) ou no Campus de Natolin (Polónia) - que compreende uma comparticipação nos encargos com as propinas do curso, alojamento, alimentação e uma viagem de ida e volta entre o local de residência do aluno e o local do curso.

A atribuição desta bolsa, cujo período de candidaturas será oportunamente publicitado, é decidida após a admissão dos candidatos da Região Autónoma dos Açores ao Colégio da Europa, pelo que estes deverão ter concorrido e sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação nas áreas de Direito, Economia, Estudos Europeus Interdisciplinares, Política e Administração ou Relações Internacionais e Diplomáticas.

Para se poderem candidatar a esta bolsa, os indivíduos que, tendo sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa, devem ter, cumulativamente, até 30 anos de idade (completados à data do início do curso), realizado e concluído o Ensino Secundário na região e ser residentes no arquipélago dos Açores há pelo menos três anos. Os candidatos devem possuir uma licenciatura e ter domínio, escrito e verbal, das línguas francesa e inglesa.

Até 20 de janeiro



Relatório sobre Estado de Direito de 2023

A Comissão Europeia lançou uma [consulta específica](#) para recolher informações sobre o desenvolvimento do Estado de direito em todos os Estados-Membros, em preparação do Relatório sobre o Estado de direito de 2023. A consulta está aberta a associações judiciais, ONGs, organizações internacionais e agências da UE, entre outras. As informações recebidas ajudarão a Comissão a avaliar a situação do Estado de direito nos Estados-Membros. Como parte da consulta, a Comissão também recolherá informações sobre como, e em que medida, os Estados-Membros implementaram as recomendações feitas pela primeira vez no [Relatório 2022](#).

O Relatório sobre o Estado de Direito está no centro de um ciclo anual de monitorização, destinado a prevenir problemas antes que estes surjam ou se agravem, e a promover uma cultura de Estado de Direito. A consulta está [disponível](#) online até 20 de janeiro de 2023.

Até 31 de janeiro



Convite à apresentação de propostas ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMP) - Vertente específica dedicada às Regiões Ultraperiféricas

O convite à apresentação de propostas no âmbito do FEAMP para apoio a "Projetos regionais emblemáticos que apoiam a economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE" foi [publicado](#), sendo incluído nesta convocatória uma vertente específica dedicada às regiões ultraperiféricas sobre "[Promoção do turismo marítimo e costeiro sustentável nas regiões ultraperiféricas](#)" com um orçamento específico **de um milhão de euros**.

A vertente das regiões ultraperiféricas tem como principal objetivo apoiar a economia azul nas regiões ultraperiféricas através de projetos que promovam soluções inovadoras e sustentáveis no turismo costeiro e marítimo e contribuam para a proteção da biodiversidade marinha, em linha com a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas, bem como com os objetivos da Comunicação sobre uma nova abordagem para uma economia azul sustentável na UE e da Trajetória de Transição para o Turismo.

As propostas ao abrigo da vertente regiões ultraperiféricas devem ser apresentadas por um consórcio de, pelo menos, 2 entidades independentes de 2 regiões ultraperiféricas diferentes. A data-limite para a apresentação das candidaturas é o dia 31 de janeiro de 2023 (17h00, hora de Bruxelas). Já se encontram [abertas](#) as inscrições para a participação na "**Jornada de Informação**" organizada pela Comissão Europeia **no dia 24 de novembro de 2022**. Os interessados deverão efetuar a sua inscrição até ao dia **16 de novembro**.

Até 8 de fevereiro



Rastreio, registo e controlo do amianto – Proposta de Diretiva

Esta iniciativa legislativa visa abordar ainda mais os riscos sanitários e ambientais relacionados com a exposição ao amianto, aumentando a transparência e a recuperação de informação adicional e assegurando a sua disponibilidade às autoridades públicas relevantes, aos trabalhadores da construção civil e aos ocupantes dos edifícios. As obrigações específicas serão moduladas com base numa abordagem transversal, tendo em conta o ciclo de vida de um edifício e os riscos relevantes para um determinado edifício. Os comentários no âmbito desta consulta pública poderão ser carregados [aqui](#).

Até 9 de fevereiro



Ações Marie Skłodowska-Curie: 77,5 milhões de euros para apoiar o intercâmbio de pessoal de investigação e inovação

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)' (MSCA) [Staff Exchanges](#). O período de candidaturas encerra a 9 de fevereiro. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de fevereiro



Novos pedidos de financiamento ao abrigo do Programa Europa Digital para aumentar a ciberresiliência

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite às empresas, administrações públicas e outras organizações para apresentarem propostas de soluções inovadoras de cibersegurança e para se candidatarem ao financiamento da UE ao abrigo do [Programa Europa Digital](#). Um investimento de 176,5 milhões de euros de subvenções irá no sentido de melhorar os instrumentos e infraestruturas para uma cooperação reforçada em matéria de cibersegurança entre os Estados-Membros e a Comissão.

Os convites visam reforçar a cibersegurança das infraestruturas de redes 5G, apoiando serviços seguros e melhorando as capacidades de teste e certificação de soluções e serviços tecnológicos. As respetivas subvenções apoiarão também a implementação das [novas regras sobre cibersegurança de redes e sistemas de informação \(Diretiva NIS2\)](#) na legislação nacional, bem como a capacidade dos Centros de Operações de Segurança em toda a UE para recolher e partilhar informações sobre incidentes cibernéticos. O objetivo é ajudar a aumentar a resiliência e a capacidade da UE em matéria de cibersegurança para proteger, detetar, defender e dissuadir os ciberataques. Os convites estão abertos até 15 de fevereiro de 2023.

Até 23 de fevereiro



Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o [segundo conjunto de convites à apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa "[Connecting Europe Facility Digital](#)". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras,

rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a [jornada informativa virtual](#) de 25 de outubro.

Até 8 de março



Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pós-doutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)' (MSCA) [cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais \(COFUND\)](#). O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta [ligação](#).

Até 31 de maio



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como **o apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos e das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Comissão Europeia apoia iniciativa ucraniana "Cereais da Ucrânia"

No sábado, dia de recordação da Holodomor, a presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen [participou](#) no evento "Cereais da Ucrânia" organizado pelo governo ucraniano. Von der Leyen manifestou o total apoio da Comissão a esta iniciativa ucraniana destinada a canalizar os produtos alimentares ucranianos para os países mais afetados pela crise alimentar mundial provocada pelo Kremlin.

Agricultura: novo relatório sobre comércio agroalimentar revela recorde na balança comercial em agosto de 2022

A Comissão Europeia [publicou](#) o último [relatório mensal sobre o comércio agroalimentar](#), que mostra que tanto as exportações como as importações agroalimentares da UE aumentaram em agosto de 2022, o que conduziu ao valor mais elevado dos fluxos comerciais mensais da UE em 2022, com 35 mil milhões de euros. A balança comercial da UE atingiu também o seu valor mais elevado do ano

no mesmo mês, com 5,6 mil milhões de euros. O valor das exportações da UE aumentou 6 % e as importações 3 % em comparação com julho de 2022. O relatório confere também uma atenção especial aos fluxos comerciais entre a UE e a Índia. Mais informações nesta [notícia](#).

Política Agrícola Comum 2023-2027: Aprovado Plano Estratégico de Malta no valor de 122 milhões de euros

O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum de Malta, no valor de 122 milhões de euros, foi [aprovado](#) pela Comissão. Inclui 47 milhões de euros para objetivos ambientais e climáticos, e 4,9 milhões de euros para jovens agricultores.

O plano visa proporcionar um rendimento justo aos agricultores e trabalhadores e melhorar as condições e infraestruturas rurais, apoiando ao mesmo tempo práticas agrícolas sustentáveis. Cerca de 18,1 milhões de euros de fundos da PAC serão atribuídos para estabilizar os rendimentos dos agricultores. Será dado apoio adicional associado a setores em dificuldade, tais como da carne bovina, os laticínios, os ovinos e o tomate. O plano também apoia o investimento em infraestruturas que beneficiam o setor agrícola, tais como a melhoria das estradas nas zonas rurais e a melhoria da gestão dos resíduos agrícolas. Também se concentra nos jovens agricultores, que recebem apoio de até 100 mil euros para planos empresariais bem-sucedidos.

Acordo de Comércio Livre UE-Coreia: 85 novas indicações geográficas acrescentadas e assinatura dos Princípios de Comércio Digital

Na 10ª reunião do Comité Comercial no âmbito do Acordo de Comércio UE-Coreia que teve lugar em Bruxelas, o vice-presidente executivo Dombrovskis e o ministro do Comércio da Coreia Ahn Dukgeun assinaram a decisão de proteger 44 indicações geográficas adicionais da UE na Coreia e 41 indicações geográficas coreanas na UE.

As [novas listas de indicações geográficas protegidas](#) incluem, entre outras, do lado da UE "Lübecker Marzipan" (confeitaria) da Alemanha, "Prosecco" (vinho) de Itália, "Estepa" (azeite) de Espanha, "Gouda Holland" (queijo) dos Países Baixos e "Irish Cream" (aguardente) da Irlanda. Da Coreia, os produtos incluem "Jindo Geomjeong Ssal" (arroz preto Jindo), "Muju Sagwa" (maçã Muju), "Chungju Bam" (castanha), "Yeosu Gul" (ostra Yeosu) e vinho Muju Meoru. Todos estes produtos serão protegidos na UE e na Coreia, respetivamente contra imitações e usurpação. Informações adicionais relativas aos Princípios de Comércio Digital podem ser consultados [aqui](#).

Política Agrícola Comum 2023-2027: aprovados planos estratégicos de Chipre e de Itália no valor de 26,9 mil milhões de euros

Os planos estratégicos de Chipre e de Itália, respetivamente no valor de 373 milhões e 26,61 mil milhões de euros, foram [aprovados](#) pela Comissão Europeia. Do orçamento total da UE destes dois países, 7,4 mil milhões de euros serão dedicados a objetivos ambientais e climáticos e a regimes ecológicos e quase 680 milhões de euros a jovens agricultores.

O plano cipriota pretende manter a resiliência e a competitividade do setor agrícola. Cerca de 155 milhões de euros serão atribuídos para apoiar os rendimentos dos agricultores. Para apoiar a produção de queijo *halloumi*, a principal exportação agrícola cipriota e uma Denominação de Origem Protegida registada, o plano cipriota irá apoiar particularmente o setor da criação de ovinos e caprinos. Em termos de ação ambiental e climática, a gestão da água e a preservação do solo foram identificados como os principais desafios a enfrentar. Os fundos de desenvolvimento rural apoiarão também as empresas locais que, entre outros projetos, deverão conduzir à criação de mais de 900 postos de trabalho.

A Itália é um dos maiores produtores agrícolas e processadores alimentares da UE, com um setor agrícola muito diversificado. O plano italiano irá introduzir um montante máximo por hectare no apoio ao rendimento básico dos agricultores. As pequenas e médias explorações agrícolas receberão um pagamento redistributivo para alcançar um apoio financeiro mais justo. Cerca de 800 mil agricultores receberão também financiamento específico (de um envelope total de quase 3 mil milhões de euros) para participarem em instrumentos de gestão de risco, de modo a enfrentarem melhor o impacto crescente de acontecimentos climáticos adversos. Como parte dos seus compromissos ambientais, o plano da Itália visa aumentar a área sob agricultura biológica para 25% das terras agrícolas. A Itália estará também entre os primeiros países da UE a implementar a nova condicionalidade social da PAC para garantir a segurança no trabalho e combater a exploração laboral. Finalmente, 1,1 mil milhões de euros serão dedicados a ajudar os jovens agricultores a instalarem-se e a assegurarem o seu negócio.



Ambiente

Pacto Ecológico Europeu: pôr termo ao desperdício das embalagens, promovendo a reutilização e a reciclagem

A Comissão Europeia [propõe novas regras a nível da UE em matéria de embalagens](#), a fim de fazer face a esta fonte crescente de resíduos e à frustração dos consumidores. Em média, cada europeu gera quase 180 kg de resíduos de embalagens por ano. As embalagens são um dos principais produtos que utilizam materiais virgens, uma vez que 40 % dos plásticos e 50 % do papel utilizado na UE se destinam a embalagens. Se não agirmos, a UE registará um aumento adicional de 19 % dos resíduos de embalagens até 2030 e, no caso dos resíduos de embalagens de plástico, um aumento de 46 %.

As novas regras visam pôr termo a esta tendência. Para os consumidores, as novas regras assegurarão a existência de opções de embalagens reutilizáveis, eliminarão as embalagens desnecessárias, limitarão a sobre-embalagem e fornecerão rótulos claros para permitir a reciclagem correta. Para a indústria, criarão novas oportunidades comerciais, especialmente para as empresas mais pequenas, reduzirão a necessidade de materiais virgens, impulsionando assim a capacidade de reciclagem da Europa e tornando-a

menos dependente de recursos primários e de fornecedores externos. As novas regras colocarão o setor das embalagens na via da neutralidade climática até 2050.

A Comissão irá também proporcionar maior clareza aos consumidores e à indústria no que respeita aos [plásticos de base biológica](#), [aos plásticos compostáveis](#) e [aos plásticos biodegradáveis](#): estabelecendo para quais aplicações esses plásticos são verdadeiramente vantajosos em termos ambientais e como devem ser concebidos, eliminados e reciclados.

Publicada proposta de regulamento relativo ao estabelecimento dum quadro de certificação da União para as remoções de carbono

A Comissão Europeia [adotou](#) uma [proposta](#) relativa a um primeiro quadro voluntário à escala da UE para certificar de forma fiável as remoções de carbono de elevada qualidade. A proposta impulsionará tecnologias inovadoras de remoção de carbono e soluções sustentáveis de fixação de carbono e contribuirá para os objetivos climáticos, ambientais e de poluição zero da UE. O regulamento proposto melhorará significativamente a capacidade da UE para quantificar, monitorizar e verificar as remoções de carbono. Uma maior transparência garantirá a confiança das partes interessadas e da indústria e ajudará a combater o branqueamento ecológico. As remoções de carbono podem e devem trazer benefícios claros para o clima, e a Comissão dará prioridade às atividades de remoção de carbono que trarão benefícios significativos para a biodiversidade. Mais adiante, a Comissão, com o apoio de peritos, desenvolverá métodos de certificação adaptados para as atividades de remoção de carbono que cumpram os objetivos climáticos e outros objetivos ambientais.

COP15: União Europeia e a Organização dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico apelam a um acordo global ambicioso

Na reunião COP15 da Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade em Montreal, que irá decorrer de 7 a 19 de dezembro, a União Europeia e a Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OACPS) [apoiarão](#) a adoção de um quadro global ambicioso relativo à biodiversidade pós-2020, que seja abrangente e transformador para travar e inverter a perda de biodiversidade. Isto é crítico uma vez que o declínio alarmante da biodiversidade está a ameaçar a segurança alimentar, a saúde, a economia e a subsistência de milhares de milhões de pessoas.

As expectativas para esta reunião foram discutidas entre ministros da União Europeia, África, Caraíbas e Pacífico que se reuniram em Bruxelas a 29 de novembro por ocasião do Conselho Conjunto de Ministros entre a OACPS e a UE. Para ter sucesso, o futuro quadro terá de incluir objetivos quantificáveis, apoiados por um quadro sólido de monitorização e revisão e meios adequados para apoiar a sua implementação.

Redução do risco de catástrofes: Conselho apela a proatividade da UE na resposta a situações de crise

O Conselho aprovou as [conclusões](#) em que apela a uma resposta proativa e de antecipação às situações de crise. A degradação ambiental e as alterações climáticas, a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a pandemia de COVID-19 demonstraram o caráter interligado e sistémico dos riscos atuais, bem como o seu potencial para se transformarem em catástrofes com efeitos em cascata.

Neste contexto, o Conselho solicitou à Comissão, ao Serviço Europeu para a Ação Externa e aos Estados-Membros que passassem de uma resposta reativa a situações de crise para uma abordagem mais proativa ao nível da ação, salientando a importância da eficiência em termos de redução do risco de catástrofes (RRC), de medidas de antecipação e de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

O Conselho reconhece a interligação entre fragilidade, conflitos e catástrofes e chama a atenção para os processos participativos e inclusivos de redução do risco de catástrofes e para as medidas de antecipação, em consonância com o nexos triplo entre ação humanitária, desenvolvimento e paz.



Coesão e solidariedade interna da UE

Política de Coesão da UE: 109 milhões de euros para melhorar as ligações ferroviárias na Sicília

A Comissão Europeia [aprovou](#) um investimento de mais de 109 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para a construção de um novo troço de anéis ferroviários em Palermo, Itália. A UE está a financiar a primeira de duas fases de construção necessárias para completar o circuito do Anel Ferroviário de Palermo. O troço de 1,7 km de via única eletrificada coberta pelo projeto vai desde a atual paragem de Giachery até à estação de Politeama. Juntamente com Politeama, os trabalhos incluem a construção de duas outras estações: Porto, entre Giachery e Politeama; e Libertà.

O novo troço do Anel Ferroviário de Palermo irá melhorar as infraestruturas de transporte da cidade, encorajando uma mudança dos transportes privados para os públicos. Menos carros nas estradas reduzirá as emissões e a utilização de energia, resultando numa melhor qualidade do ar, num ambiente mais limpo, numa melhor qualidade de vida e num centro da cidade mais habitável. Reduzirá também os tempos de viagem das pessoas que continuam a utilizar as estradas e reduzirá o risco de acidentes atualmente elevado. Outros benefícios socioeconómicos incluem a criação de emprego numa zona com elevado desemprego, acesso mais fácil a amenidades e custos de transporte mais baixos. O projeto estará operacional até dezembro de 2023.

InvestEU: Comissão Europeia e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa assinam acordo para mobilizar 500 milhões de euros de financiamento para investimentos sociais

A Comissão Europeia e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) [assinaram](#) um acordo de garantia InvestEU no valor máximo de 159 milhões de euros. Isto torna o CEB um parceiro de implementação InvestEU e mobilizará cerca de 500 milhões de euros em empréstimos adicionais para projetos sociais. Representa um marco importante, pois é a primeira vez que o InvestEU apoia os investimentos de um banco de desenvolvimento multilateral com um mandato exclusivamente social.

O acordo de garantia, assinado em Bruxelas pelo comissário Paolo Gentiloni e pelo Governador do CEB Carlo Monticelli, irá desbloquear investimentos significativos no âmbito das janelas "investimento social e competências" e "infraestruturas sustentáveis" do InvestEU. Isto inclui habitação social, acessível e estudantil; educação, emprego e competências; cuidados de saúde, cuidados de longa duração e assistência social; bem como mobilidade urbana limpa e inteligente, serviços de água e águas residuais, e proteção contra inundações. A carteira de projetos abrangidos por esta garantia InvestEU também apoiará objetivos transversais tais como a igualdade de género e a inclusão social e económica de grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência. Espera-se que as primeiras operações ao abrigo do acordo sejam aprovadas ao longo de 2023.

Política de Coesão da UE: mais de 530 milhões de euros para cooperação territorial, incluindo a Ucrânia e a Moldávia em 2021-2027

A Comissão [aprovou](#) quatro novos programas Interreg envolvendo 10 Estados-Membros, Ucrânia e Moldávia, num montante de 533 milhões de euros de financiamento da UE em 2021-2027 para fomentar a cooperação transfronteiriça e transnacional, impulsionar a transição verde e apoiar os cuidados de saúde e a educação.

Estes programas beneficiarão de um financiamento reforçado à luz da decisão da Comissão, em março, de suspender a cooperação com a Rússia e a Bielorrússia na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia e de transferir 26,2 milhões de euros, inicialmente atribuídos a estes dois países, para reforçar a cooperação com a Ucrânia e a Moldávia.



Defesa e Segurança

Cooperação policial: Presidência do Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo sobre uma diretiva destinada a melhorar o intercâmbio de informações entre as autoridades de aplicação da lei

A Presidência do Conselho e do Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordo provisório sobre uma diretiva relativa ao intercâmbio de informações. O texto acordado está sujeito à aprovação do Conselho e do Parlamento Europeu antes de ser submetido ao processo de adoção formal.

Este texto regulará os aspetos organizativos e processuais do intercâmbio de informações entre as autoridades de aplicação da lei, contribuindo assim para melhorar a sua eficiência. Assegurará a igualdade de acesso das autoridades de aplicação da lei às informações disponíveis noutros Estados-Membros e evitará a multiplicação de canais de comunicação utilizados para o intercâmbio de informações.

Os Estados-Membros contarão com um ponto de contacto único, que estará sempre operacional, para o intercâmbio de informações com outros países da UE. Em casos urgentes, as informações solicitadas devem ser disponibilizadas no prazo de oito horas se estiverem contidas numa base de dados diretamente acessível ao ponto de contacto único ou às autoridades de aplicação da lei, e no prazo de três dias se o ponto de contacto único ou as autoridades de aplicação da lei as puderem obter junto de outras autoridades públicas ou entidades privadas. No que respeita a todos os outros pedidos, as informações devem ser disponibilizadas no prazo de sete dias. Além disso, os Estados-Membros devem avaliar caso a caso se também devem enviar uma cópia das informações à Europol. A Aplicação de Intercâmbio Seguro de Informações (SIENA), gerida pela Europol, tornar-se-á o canal de comunicação por defeito.

Indústria de defesa da UE: Conselho define orientação geral sobre a dinamização da contratação pública conjunta

O Conselho [chegou](#) a acordo acerca de uma orientação geral sobre a proposta de regulamento relativo ao estabelecimento de um instrumento para reforçar a indústria europeia da defesa através da contratação pública conjunta. A orientação geral significa que o Conselho tem um acordo político que lhe serve de base para iniciar agora as negociações com o Parlamento Europeu.

Na orientação geral, o Conselho confirmou a proposta da Comissão de afetar 500 milhões de euros do orçamento da UE para o período compreendido entre a entrada em vigor do regulamento e 2024, a fim de incentivar ações que deem resposta às necessidades mais urgentes e críticas de produtos de defesa. Essas ações têm de ser levadas a cabo por um consórcio constituído por, pelo menos, três Estados-Membros.

A orientação geral do Conselho assegura que os fundos da UE financiarão apenas as ações de contratação pública conjunta em que o custo dos componentes originários da UE e dos seus países associados seja de, pelo menos, 70 % do valor final. A orientação geral define ainda uma série de condições claras para a elegibilidade de contratantes, subcontratantes e produtos de defesa, visando todas elas reforçar a competitividade da base tecnológica e industrial de defesa europeia.



UE salienta importância do bem-estar na educação digital

O Conselho [chegou](#) a acordo quanto a uma posição comum no que diz respeito ao favorecimento do bem-estar na educação digital. As conclusões aprovadas hoje pelo Conselho identificam três fatores essenciais que contribuem para o bem-estar dos aprendentes e dos educadores: aquisição dos conhecimentos, das competências e das aptidões necessários; conceção de abordagens de ensino e aprendizagem e de ambientes digitais que melhorem o bem-estar; relações interpessoais no ecossistema de educação digital.

A educação digital tanto acarreta oportunidades como desafios para o bem-estar dos aprendentes e dos educadores. As desvantagens, como o ciberassédio, podem ter um impacto negativo no bem-estar. Ecossistemas de educação digital bem concebidos, que sejam eficazes e inclusivos, podem promover o desenvolvimento do bem-estar dos aprendentes e melhorar as suas perspetivas de educação, de vida e de trabalho.

A resposta dada durante a pandemia de COVID-19 aos desafios e oportunidades associados à mudança (de emergência) para o ensino e a aprendizagem em linha e à distância pode servir de experiência útil e permitir retirar ensinamentos para desenvolver abordagens do bem-estar na educação digital.

Conselho adota medidas para promover o sucesso escolar das crianças em toda a UE

Os ministros da Educação da UE [chegaram](#) a acordo sobre medidas para reduzir a percentagem de jovens que abandonam precocemente o ensino e a formação e reduzir o subdesempenho na aquisição de competências como a leitura, a matemática e as ciências. Na recomendação sobre os percursos para o sucesso escolar insta-se os Estados-Membros a desenvolverem estratégias para o sucesso escolar e a minimizarem os efeitos do estatuto socioeconómico sobre os resultados da educação e da formação.

A recomendação veio substituir uma recomendação do Conselho de 2011 sobre as políticas de redução do abandono escolar precoce. Desde 2010, a taxa de abandono precoce diminuiu 3,9 %. No entanto, em 2021, a média da UE ascendeu a 9,7 %, uma percentagem que ainda está acima do objetivo de 9 % da União. De acordo com o Monitor da Educação e da Formação de 2021, a taxa de subdesempenho é de 22,5 % na leitura, 22,9 % na matemática e 22,3 % nas ciências.

Na recomendação apela-se ainda aos Estados-Membros para que prestem especial atenção ao bem-estar na escola, dado que há estudos que salientam que o bem-estar emocional, social e físico na escola é importante para aumentar as hipóteses de êxito das crianças e dos jovens na educação e na vida. A importância de considerar o bem-estar como uma via de reforço do sucesso escolar aumentou mais ainda, uma vez que a pandemia de COVID-19 teve repercussões negativas na saúde mental e no bem-estar dos alunos em geral.



Finança digital: Conselho adota Regulamento Resiliência Operacional Digital

Tendo em conta os riscos cada vez maiores de ciberataques, a UE está a reforçar a segurança informática das entidades financeiras, tais como bancos, companhias de seguros e empresas de investimento. O Conselho [adotou](#) o Regulamento Resiliência Operacional Digital (DORA), que garantirá que o setor financeiro na Europa consegue manter-se resiliente perante perturbações operacionais graves.

O Regulamento DORA estabelece requisitos uniformes para a segurança das redes e dos sistemas de informação das empresas e organizações que operam no setor financeiro, bem como para terceiros essenciais que lhes prestam serviços relacionados com as TIC (tecnologias de informação e comunicação), como as plataformas de computação em nuvem ou serviços de análise de dados. O Regulamento DORA cria um quadro regulamentar em matéria de resiliência operacional digital segundo o qual todas as empresas têm de assegurar que são capazes de resistir e reagir a todos os tipos de perturbações e ameaças relacionadas com as TIC, bem como de recuperar dessas perturbações e ameaças. Estes requisitos são homogêneos em todos os Estados-Membros da UE. O principal objetivo é evitar e atenuar as ciberameaças.

Agora que a proposta do Regulamento DORA está formalmente adotada, os aspetos que assim o exigem serão transpostos para o direito de cada Estado-Membro da UE. Ao mesmo tempo, as Autoridades Europeias de Supervisão (ESA), como a Autoridade Bancária Europeia (EBA), a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), elaborarão as normas técnicas que todas as instituições de serviços financeiros deverão respeitar, desde a banca, aos seguros e à gestão de ativos. As autoridades nacionais competentes assumirão o papel de fiscalização do cumprimento e aplicarão o regulamento conforme necessário.

Conselho dá aprovação final ao combate às subvenções estrangeiras que distorcem o mercado interno

O Conselho [deu](#) a sua aprovação final ao regulamento relativo às subvenções estrangeiras. O regulamento aborda as distorções causadas pelas subvenções concedidas por países terceiros a empresas que operam no mercado interno da UE. Estabelece as regras

processuais para a investigação dessas subvenções no contexto de concentrações de grande dimensão e de propostas no âmbito de contratos públicos que envolvam montantes avultados.

Desta forma, o regulamento visa restabelecer a concorrência leal entre todas as empresas – europeias e não europeias – que operam no mercado interno. Atualmente, as subvenções concedidas pelos Estados-Membros estão sujeitas ao cumprimento das regras relativas aos auxílios estatais, mas não existe nenhum instrumento europeu que controle subvenções semelhantes concedidas por países terceiros. Para resolver esta questão, o regulamento relativo às subvenções estrangeiras estabelece um quadro que permite à Comissão analisar todas as atividades económicas que beneficiem de uma subvenção de um país terceiro no mercado interno.

Acordo sobre as regras da UE para uma melhor proteção dos consumidores em linha

Na segunda-feira à noite, os negociadores do Parlamento e do Conselho [chegaram](#) a um acordo político provisório para atualizar as regras da UE sobre a segurança dos produtos de consumo não alimentares. O novo Regulamento Geral de Segurança dos Produtos tem como objetivo garantir melhor a segurança dos produtos quando se fazem compras *online* (em 2021, 73% dos consumidores compraram produtos *online*).

De acordo com as regras acordadas, um produto só pode ser vendido se houver um operador económico (como o fabricante, importador e distribuidor) estabelecido na UE, que seja responsável pela sua segurança. Ao avaliar a segurança dos produtos, o Parlamento incluiu medidas para assegurar que os riscos para os consumidores mais vulneráveis (por exemplo, crianças), os aspetos de género e os riscos de cibersegurança são tidos em conta.

Conselho dá luz verde final à Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas

O Conselho [deu](#) a sua aprovação final à Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas (Diretiva CISE). Significa isto que as empresas serão em breve obrigadas a publicar informações pormenorizadas sobre questões de sustentabilidade, o que aumentará a responsabilização das empresas, evitará divergências entre normas em matéria de sustentabilidade e facilitará a transição para uma economia sustentável.

Em termos práticos, as empresas terão de comunicar informações sobre a forma como o seu modelo de negócio afeta a sua sustentabilidade e sobre a forma como os fatores externos de sustentabilidade (como as alterações climáticas ou as questões relacionadas com os direitos humanos) influenciam as suas atividades. Tal dotará os investidores e outras partes interessadas de melhores instrumentos para tomarem decisões informadas sobre questões de sustentabilidade.

A Diretiva CISE reforça as regras vigentes em matéria de divulgação de informações não financeiras, que tinham sido aditadas à diretiva contabilística pela Diretiva Divulgação de Informações Não Financeiras (Diretiva NFI) de 2014 e que já não estão adaptadas à transição da UE para uma economia sustentável.

Painel da OMC pronuncia-se contra as limitações impostas pela Indonésia à exportação de matérias-primas

A UE [congratula-se](#) com a decisão explícita da Organização Mundial do Comércio (OMC), que confirma que a proibição de exportação e o requisito de transformação interna do minério de níquel por parte da Indonésia violam as regras da OMC.

O painel da OMC deu provimento a todas as reivindicações da UE contra a Indonésia. Em primeiro lugar, considerou que a proibição de exportação da Indonésia e o requisito de transformação interna do minério de níquel, utilizado na produção de aço inoxidável, são incompatíveis com a proibição da OMC de proibições e restrições à exportação constante do artigo XI:1 do GATT de 1994.

Além disso, o painel confirmou que as medidas indonésias não são abrangidas pela isenção relativa às proibições ou restrições aplicadas temporariamente para prevenir ou aliviar a escassez crítica de produtos essenciais para a Indonésia, como previsto no artigo XI:2, alínea a), do GATT de 1994. O painel concluiu igualmente que as medidas não se justificam pela exceção relativa às medidas necessárias para garantir o cumprimento das disposições legislativas e regulamentares pertinentes prevista no artigo XX, alínea d), do GATT de 1994.

Proteção das indicações geográficas para produtos artesanais e industriais: Conselho adota posição

Os ministros [adotaram](#) um mandato de negociação com o Parlamento Europeu ("abordagem geral") sobre a proposta de regulamento relativo à proteção das indicações geográficas (IG) para os produtos artesanais e industriais. As indicações geográficas estabelecem direitos de propriedade intelectual para produtos específicos cujas qualidades estão essencialmente ligadas à área de produção, tais como o vidro boémio, a porcelana Limoges ou os talheres Solingen.

Conselho e Parlamento Europeu concordam em melhorar a proteção dos consumidores que recorrem ao crédito

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a diretiva relativa ao crédito ao consumo. A legislação revista revoga e substitui a atual diretiva de 2008 relativa a contratos de crédito ao consumo. A revisão da diretiva sobre o crédito ao consumo moderniza e reforça a proteção a nível europeu dos consumidores que solicitam crédito. Promove práticas responsáveis

e transparentes por todos os atores envolvidos no crédito ao consumo, por exemplo, assegurando que a informação sobre crédito seja apresentada de uma forma clara e compreensível, e adaptada aos dispositivos digitais.



Emprego

Competências europeias: Lançamento de uma parceria em larga escala sobre competências no comércio a retalho

Com o apoio da Comissão Europeia, os empregadores retalhistas e as associações sindicais Eurocommerce e Uni Europa [criaram](#) uma parceria de competências em larga escala para o ecossistema industrial retalhista. A ambição da parceria é permitir que pessoas e empresas adquiram novas competências para as transições digital e verde. A parceria irá concentrar-se na promoção da aprendizagem ao longo da vida no setor retalhista, ajudar a partilhar as melhores práticas, bem como monitorizar as competências disponíveis e necessárias.



Energia

Auxílios estatais: Comissão aprova um regime francês de 13,5 mil milhões de euros para compensar empresas com utilização intensiva de energia pelos custos indiretos das emissões

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras de auxílio estatal da UE, um regime francês para compensar parcialmente as empresas com utilização intensiva de energia pelos preços mais elevados da eletricidade resultantes dos custos indiretos das emissões no âmbito do Regime de Comércio de Emissões da UE ("ETS").

O regime notificado pela França, com um orçamento total estimado em 13,5 mil milhões de euros, cobrirá parte dos preços mais elevados da eletricidade resultantes do impacto dos preços do carbono nos custos de produção de eletricidade (os chamados "custos indiretos das emissões") incorridos entre 2021 e 2030. A medida de apoio visa reduzir o risco de "fuga de carbono", em que as empresas deslocalizam a sua produção para países fora da UE com políticas climáticas menos ambiciosas, resultando num aumento global das emissões de gases com efeito de estufa.

A medida beneficiará as empresas ativas em setores em risco de fuga de carbono enumeradas no Anexo I das Orientações relativas a determinadas medidas de auxílio estatal no contexto do regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa pós-2021 ("Orientações relativas aos auxílios estatais no âmbito do ETS"). Estes setores enfrentam custos de eletricidade significativos e estão particularmente expostos à concorrência internacional.

UE e Japão intensificam a cooperação no domínio do hidrogénio

A UE e o Japão [manifestaram](#) a sua intenção de intensificar a cooperação no domínio do hidrogénio com a assinatura de um [Memorando de Cooperação](#) que visa estimular a inovação e impulsionar o mercado internacional do hidrogénio. Enquanto pioneiros no domínio da tecnologia do hidrogénio, a UE e o Japão trabalharão em conjunto em prol da produção, do comércio, do transporte, do armazenamento, da distribuição e da utilização sustentáveis e a preços acessíveis do hidrogénio renovável e hipocarbónico. Esta colaboração contribuirá para criar um mercado mundial do hidrogénio transparente e baseado em regras, sem distorções do comércio e dos investimentos.

Ambas as partes comprometeram-se já a alcançar a neutralidade climática até 2050 e a acelerar a transição para energias limpas, tal como previsto na [Aliança Verde UE-Japão](#). O hidrogénio pode contribuir de forma crucial para a realização da transição ecológica e para o reforço da segurança energética. O Memorando identifica um conjunto de domínios no âmbito dos quais os governos, a indústria, as instituições de investigação e as autoridades locais da UE e do Japão serão incentivados a cooperar.



Espaço

Comissão Europeia assina novo contrato com a Arianespace referente aos serviços de lançamento de satélites Copernicus

A UE deu outro passo importante no sentido de cumprir os objetivos do Programa Espacial da UE 2021-2027 ao [assinar](#) um novo contrato para os serviços de lançamento de satélites Copernicus Sentinel com a empresa Arianespace. Entre 2023 e 2026, a Arianespace irá realizar seis lançamentos Vega-C no âmbito do Copernicus, o Programa de Observação da Terra da União Europeia. A assinatura do contrato marca uma nova etapa no trabalho em curso da UE para se tornar um cliente âncora para a aquisição de serviços de lançamento da UE, para reforçar a sua soberania tecnológica e para assegurar o seu acesso autónomo, fiável e rentável ao espaço.

Os serviços e dados de Observação da Terra fornecidos por Copernicus são essenciais na vida quotidiana dos cidadãos europeus. A UE já dispõe de uma constelação de sete satélites operacionais Copernicus Sentinel (Sentinel-1A, Sentinel-2A e 2B, Sentinel-3A e 3B,

Sentinel 5P, Sentinel-6A). Estes satélites contribuem para o fornecimento de dados e serviços valiosos para uma vasta gama de aplicações diárias da agricultura e resposta a crises na luta contra as alterações climáticas, para citar algumas.

O contrato com a Arianespace cobrirá as necessidades de serviços de lançamento com Vega-C durante os próximos cinco anos. Assegurará que a constelação Copernicus seja reabastecida (Sentinel-1C, Sentinel-1D, Sentinel-2C, Sentinel-3C) e que novas capacidades de observação sejam colocadas em órbita (satélites Sentinel CO2M A e B). Todos os lançamentos estão programados a partir do porto espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

A Comissão Europeia saúda um novo serviço para um melhor acesso e exploração dos dados dos satélites Copernicus da UE

A Comissão [congratula-se](#) com a aquisição de um novo serviço de acesso a dados Copernicus na sequência da assinatura de um contrato entre a Agência Espacial Europeia (ESA) e um consórcio liderado pela T-Systems International. Este serviço capacitará os utilizadores com acesso imediato a quantidades extremamente grandes (petabytes) de dados digitais de observação da Terra a partir da constelação de satélites Copernicus Sentinel.

Este novo serviço de acesso a dados permitirá que a [Copernicus](#) sirva melhor aqueles a quem presta os seus serviços, fornecendo uma variedade de serviços de dados gratuitos em imagens novas e históricas do Sentinel, devendo este novo serviço estar totalmente operacional em julho de 2023, após um período progressivo de *phase-in* correspondente ao *phasing-out* do atual serviço de distribuição de dados, deixando tempo para os utilizadores migrarem e se familiarizarem com as novas interfaces do serviço.



Estado de Direito

Sanções: Conselho acrescenta a violação de medidas restritivas à lista de crimes reconhecidos pela UE

O Conselho [adotou](#), por unanimidade, uma decisão que acrescenta a violação de medidas restritivas à lista de "crimes reconhecidos pela UE" constante do Tratado sobre o Funcionamento da UE. A UE adotou uma série de medidas restritivas no contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e é essencial que essas medidas sejam integralmente aplicadas. Atualmente, os Estados-Membros têm definições diferentes do que constitui uma violação das medidas restritivas e de quais as sanções que deverão ser aplicadas em caso de violação. Esta situação poderá conduzir a diferentes níveis de execução das sanções e a um risco de contornamento destas medidas, podendo permitir que as pessoas sancionadas continuem a ter acesso aos seus ativos e a apoiar regimes visados por medidas da UE.

A inclusão da violação de medidas restritivas na lista de "crimes reconhecidos pela UE" é o primeiro de dois passos no sentido de assegurar um nível semelhante de aplicação de sanções em toda a UE e dissuadir tentativas de contornar ou violar medidas da UE. Após a adoção desta decisão, a Comissão Europeia apresentará uma proposta de diretiva que deverá conter regras mínimas quanto à definição das infrações penais e das penas aplicáveis à violação de medidas restritivas da UE. Em seguida, este projeto de diretiva terá de ser debatido e adotado pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

Comissão considera que a Hungria não progrediu o suficiente nas suas reformas e tem de cumprir marcos essenciais para os seus fundos de Recuperação e Resiliência

A Comissão Europeia [apresentou](#) à Hungria uma avaliação ao abrigo do procedimento de condicionalidade. A Comissão considera que, não obstante as medidas tomadas, existe ainda um risco contínuo para o orçamento da UE, dado que as medidas corretivas que ainda precisam de ser cumpridas são de natureza estrutural e horizontal.

Embora várias reformas tenham sido empreendidas ou estejam em curso, a Hungria não conseguiu implementar adequadamente os aspetos centrais das 17 medidas corretivas necessárias acordadas ao abrigo do mecanismo geral de condicionalidade até à data-limite de 19 de novembro, tal como se tinha comprometido a fazer. Estas referem-se, em particular, à eficácia da Autoridade de Integridade recentemente criada e ao procedimento para a revisão judicial das decisões do Ministério Público.

A Comissão concluiu que as condições para a aplicação do regulamento permanecem e que serão necessárias outras medidas essenciais para eliminar os riscos remanescentes para o orçamento da UE na Hungria. Consequentemente, a Comissão decidiu manter a sua proposta inicial de 18 de setembro de suspender 65% das autorizações para três programas operacionais no âmbito da política de coesão, no montante de 7,5 mil milhões de euros. A Comissão mantém igualmente a sua proposta de que nenhum compromisso jurídico pode ser assumido com qualquer confiança de interesse público.

O Conselho terá agora até 19 de dezembro para votar sobre esta matéria, exigindo uma maioria qualificada para que a suspensão dos fundos entre em vigor.

Não transposição da legislação da UE: Comissão adota medidas para assegurar a transposição completa e atempada das diretivas da UE

A Comissão Europeia está a [adotar](#) um pacote de decisões por infração devido à ausência de comunicação pelos Estados-Membros das medidas tomadas para transpor as diretivas da UE para o direito nacional (referidas como "infrações por não comunicação"). A

Comissão está a enviar cartas de notificação aos Estados-Membros que não notificaram as medidas nacionais de transposição de diretivas, cujo prazo de transposição expirou recentemente. Neste caso, há 15 Estados-Membros que ainda não notificaram as medidas completas de transposição de 14 diretivas da UE nos domínios do ambiente e dos transportes. Os Estados-Membros em causa têm agora dois meses para responder às cartas de notificação e completar a sua transposição, ou a Comissão pode decidir emitir um parecer fundamentado.

Ucrânia: Comissão apresenta opções para garantir que a Rússia seja criminalmente responsabilizada

A Comissão Europeia [apresentou](#) diferentes opções aos Estados-Membros para garantir que a Rússia seja responsabilizada pelas atrocidades e crimes cometidos durante a guerra na Ucrânia. A Comissão propõe a criação de uma nova estrutura para gerir os bens públicos russos congelados e imobilizados, investi-los e utilizar as receitas para a Ucrânia. A Comissão, embora continue a apoiar o trabalho do Tribunal Penal Internacional, está pronta a trabalhar com a comunidade internacional na criação de um tribunal internacional *ad hoc* ou um tribunal "híbrido" especializado para investigar e processar o crime de agressão perpetrado pela Rússia.



Inclusão Social, Direitos Humanos e Cidadania

Kosovo: Conselho aprova mandato de negociação sobre isenção de vistos

Os embaixadores dos Estados-Membros junto da UE [chegaram](#) a acordo quanto ao mandato de negociação do Conselho sobre um regulamento relativo à isenção de vistos para titulares de passaportes emitidos pelo Kosovo. A Presidência dará início às negociações com o Parlamento Europeu com base neste mandato.

O projeto de regulamento permitirá aos titulares de passaportes do Kosovo viajar para a UE sem visto em caso de estadas com duração de 90 dias por cada período de 180 dias. Nos termos da posição do Conselho, a isenção da obrigação de visto aplicar-se-á a partir da data de início do funcionamento do Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS) e, em qualquer caso, o mais tardar até 1 de janeiro de 2024.



Inovação, Investigação científica, ciência

Propriedade intelectual: novas regras para uma proteção dos desenhos ou modelos industriais mais rápida, menos onerosa e mais previsível

A Comissão Europeia [apresenta](#) regras revistas, que tornarão a proteção dos desenhos ou modelos industriais menos onerosa, mais rápida e mais previsível em toda a UE. Um desenho ou modelo industrial constitui a aparência exterior de um produto, caracterizado pelas suas linhas, pelos seus contornos ou pela sua forma. As propostas de regulamento e de diretiva revistos relativos aos desenhos ou modelos industriais irão modernizar o atual quadro comunitário de desenhos ou modelos, bem como os regimes nacionais paralelos de desenhos ou modelos, criados e harmonizados há 20 anos. As regras revistas contribuirão para melhorar ainda mais as condições para a inovação nas empresas. Ao mesmo tempo, as regras introduzem também uma abordagem mais equilibrada em matéria de proteção dos desenhos ou modelos. Tal garante que os desenhos ou modelos podem ser reproduzidos, para a produção de peças sobresselentes, permitindo aos consumidores uma maior escolha na reparação de produtos complexos, como os automóveis, em especial.

As propostas apresentadas seguem-se ao [Plano de ação em matéria de propriedade intelectual](#), adotado em novembro de 2020, no qual a Comissão anunciou que iria rever a legislação da UE em matéria de proteção dos desenhos ou modelos, na sequência da reforma bem-sucedida da legislação da UE em matéria de marcas. Tal baseou-se nos resultados de uma avaliação exaustiva desta última, que revelou que, embora os sistemas de proteção dos desenhos ou modelos na UE estejam a funcionar bem, em geral, há lacunas a colmatar. Além disso, surgem na sequência de apelos das partes interessadas, do Conselho e do Parlamento Europeu, solicitando à Comissão que modernize e harmonize ainda mais a legislação relativa aos desenhos ou modelos industriais na UE.

Infraestruturas de investigação: Conselho adota conclusões

O Conselho [adotou](#) as suas [conclusões](#) sobre infraestruturas de investigação, que constituem uma pedra angular no desenvolvimento do Espaço Europeu da Investigação (EEI). O EEI tem como objetivo criar um mercado único da UE para a investigação, inovação e tecnologia. Lançado pela primeira vez em 2000, o EEI ajudou a impulsionar a investigação e inovação da UE, encorajando a livre circulação dos investigadores e do conhecimento, e alinhando as políticas e programas nacionais de investigação.

Nova Agenda para a Inovação: Conselho adota conclusões

O Conselho [adotou](#) as [conclusões](#) que estabelecem uma política de inovação para posicionar a UE como líder mundial. A inovação desempenha um papel crucial na competitividade da Europa, na realização das transições verde e digital, e na abordagem dos desafios sociais e na garantia do bem-estar dos seus cidadãos.

O atual contexto geopolítico sublinha a necessidade da UE de reavaliar a sua abordagem ao investimento na inovação. A inovação é um estímulo estratégico para o desenvolvimento económico nestes tempos difíceis definidos pela recuperação económica da crise da COVID-19, pelas consequências da agressão da Rússia contra a Ucrânia e pelas considerações para uma economia mais circular, digitalizada e eficiente em termos de recursos.

O Conselho sublinha a importância da adaptação à nova onda de inovação e sublinha a necessidade de reforçar as sinergias entre os programas e iniciativas de financiamento existentes. O acesso ao financiamento deverá permitir aos inovadores, incluindo as empresas de tecnologia avançada, tirar partido do mercado único e atrair novos investidores institucionais, a fim de reforçar os mercados financeiros e de capitais, e comercializar e aumentar a escala das empresas de tecnologia profunda.



Instituições

Estatísticas europeias – A qualidade pode ser melhor

A Comissão Europeia fornece estatísticas de qualidade suficiente e adequadas a serem utilizadas pelos decisores políticos, pelas empresas e pelo público, considera o Tribunal de Contas Europeu (TCE). Embora a Comissão passe no exame, o TCE [alerta](#) para várias insuficiências. As estatísticas europeias devem ser mais úteis e mais bem-adaptadas às necessidades dos utilizadores. As partes interessadas, como o meio académico e toda a comunidade de investigação, devem ser devidamente consultadas sobre os planos e as prioridades para as estatísticas europeias.

Existem também lacunas de dados em áreas estatísticas importantes, como o trabalho, as empresas e a saúde. As estatísticas oficiais são indispensáveis para os políticos e empresários tomarem decisões baseadas em dados concretos, bem como para o trabalho dos investigadores, dos jornalistas e do público. Na União Europeia, são utilizadas tanto para cobrar e afetar verbas como para elaborar e avaliar políticas em todas as áreas, como o emprego, o ambiente e a economia. Entre 2013 e 2020, saíram dos cofres da UE quase 500 milhões de euros pagos pelos contribuintes para a produção de estatísticas europeias. O TCE verificou se a Comissão tinha tomado medidas para garantir uma qualidade elevada e examinou a fundo as áreas do trabalho, das empresas e da saúde.

Tribunal de Contas Europeu alerta que é preciso continuar a vigiar os riscos financeiros do sistema de resolução bancária da UE

Os riscos associados ao sistema da União Europeia que gere a liquidação ordenada de bancos em situação de insolvência na União Bancária diminuíram em 2021, mas não é por isso que a UE deve baixar a vigilância, adverte o Tribunal de Contas Europeu (TCE) num [relatório](#). O TCE tem a obrigação de apresentar anualmente um relatório sobre qualquer risco financeiro relacionado com o Mecanismo Único de Resolução (MUR), o sistema da UE que gere a liquidação ordenada de bancos em insolvência na União Bancária. A Comissão e o Conselho não deram conta de quaisquer passivos contingentes para 2021. Já o Conselho Único de Resolução (CUR) comunicou alguns relacionados com litígios pendentes relativos às contribuições dos bancos para o Fundo Único de Resolução (FUR), um fundo que pode ser utilizado para apoiar resoluções bancárias. O TCE considera estas informações adequadas, mas recomenda melhorias na supervisão do risco financeiro e no método de cálculo de eventuais reembolsos de custas judiciais.

Facilitar a participação de 11 milhões de cidadãos da UE nas eleições europeias

Os deputados europeus [adotaram](#) uma série de propostas para reforçar o direito dos cidadãos móveis da UE a votarem e serem eleitos nas eleições europeias no país da UE em que residem. A Comissão dos Assuntos Constitucionais adotou o seu projeto de propostas para tornar as eleições europeias "mais acessíveis, mais competitivas e mais europeias" com 18 votos a favor, 4 contra, e 0 abstenções.

Os eurodeputados querem introduzir as seguintes obrigações para todos os Estados-Membros: permitir o registo logo que os eleitores se registem para residência; informar os cidadãos móveis, numa língua oficial da UE compreensível para eles, dos seus direitos e dos próximos prazos; assegurar as mesmas normas para a apresentação de candidaturas para cidadãos nacionais e móveis da UE; facilitar o exercício do direito de voto por grupos vulneráveis e marginalizados, incluindo pessoas com deficiência, idosos, pessoas sem abrigo e pessoas na prisão que gozem dos seus direitos de voto; e considerar a introdução do voto por correspondência, votação física antecipada, votação por procuração, assembleias de voto móveis, e votação eletrónica e online nas eleições europeias.



Mar e pescas

FEAMPA: Comissão Europeia adota programa de 392,6 milhões de euros para Portugal

Na sequência da [adoção](#) do Acordo de Parceria 2021-2027 com Portugal, a Comissão Europeia adotou o programa para Portugal do [Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura \(FEAMPA\)](#), a fim de implementar a política comum das pescas (PCP) da UE e as prioridades políticas da UE definidas no [Pacto Ecológico Europeu](#). A dotação financeira total para o programa português no período 2021-2027 é de 539,9 milhões de euros, dos quais a contribuição da UE ascende a 392,6 milhões de euros.

37,2 % da dotação do programa serão consagrados à pesca sustentável e à compensação pelos custos adicionais nas Regiões Ultraperiféricas, 35,8 % serão investidos na sustentabilidade da aquicultura e da transformação e comercialização, 8,6 % serão consagrados à economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores, **12,4 % serão investidos nas regiões ultraperiféricas** e 1,3 % serão investidos no reforço da governação internacional dos oceanos, contribuindo todos para os objetivos ambientais e climáticos da UE.

Nos Açores, o apoio centrar-se-á nos profissionais do setor, proporcionando-lhes melhores condições de trabalho e de segurança, bem como em investimentos em infraestruturas portuárias e lotas. Com o apoio do FEAMPA, os Açores continuarão a investir na investigação e inovação na aquicultura e também na produção aquícola.

Malta e Países Baixos receberão financiamento ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura para 2021-2027

A Comissão Europeia [adotou](#) os programas do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) para Malta e para os Países Baixos. O montante total dos fundos atribuídos a Malta, que cobrem este período de seis anos, é de 31,2 milhões de euros, dos quais a contribuição da UE é de 21,8 milhões de euros.

O montante total dos fundos atribuídos para os Países Baixos é de 98 milhões de euros, dos quais a contribuição da UE é de 97,9 milhões de euros. Todas as atividades apoiadas irão contribuir para os objetivos ambientais e climáticos da UE. A dotação do programa será maioritariamente dedicada à pesca sustentável, aquicultura sustentável e transformação, e comercialização, bem como à economia azul sustentável.

Os programas apoiarão igualmente a investigação e o desenvolvimento de medidas para melhorar a gestão das áreas marinhas protegidas, bem como ações de combate ao lixo marinho.

Grécia e Roménia receberão fundos substanciais ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura entre 2021 e 2027

A Comissão adotou os programas do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) para a Grécia e para a Roménia. O montante total dos fundos atribuídos para a [Grécia](#) é de 519,6 milhões de euros, dos quais a contribuição da UE ascende a 363,7 milhões de euros. O montante total dos fundos afetados para a [Roménia](#) é de 232 milhões de euros, dos quais a contribuição da UE é de 162,4 milhões de euros.

As dotações dos programas serão principalmente dedicadas à pesca sustentável, à aquicultura sustentável e à transformação, bem como à economia azul sustentável nas regiões costeiras e ao reforço da governação internacional dos oceanos.



Regiões Ultraperiféricas

Faria e Castro defende aplicação do artigo 349.º do TFUE a todas as políticas da União Europeia para as RUP

O subsecretário Regional da Presidência [considerou](#), em Bruxelas, que é “essencial” que o artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), relativo às Regiões Ultraperiféricas (RUP), seja “automaticamente aplicado em todas as iniciativas legislativas da Comissão Europeia”.

“Cada RUP tem as suas singularidades, mas unimo-nos nas características que o artigo 349.º do TFUE descreve com clareza como redutoras da nossa capacidade de acompanharmos como precisamos o ritmo e a eficácia da aplicação das políticas da União”, afirmou Pedro de Faria e Castro, que intervinha na reunião da Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) do Parlamento Europeu, na qualidade de relator do parecer do Comité das Regiões para a nova estratégia para as RUP.

“O objetivo da ação da União para as RUP é, desde logo, permitir que nos insiramos nas políticas da União ao mesmo nível de qualquer outra região europeia, continental ou insular. E não sermos excluídos dessas políticas, da vida da União”, frisou o subsecretário Regional. Para Faria e Castro, “a aplicação do conceito da ultraperiferia está diretamente relacionada com os princípios da coesão territorial e da continuidade territorial”.

Na sua intervenção no Parlamento Europeu, o governante sublinhou que também é essencial “o reconhecimento de que as RUP não são só regiões que carecem de uma ação particular da União nos termos do artigo 349.º, mas são também um ativo geoestratégico da própria União Europeia no seio do sistema internacional”. Por outro lado, o Subsecretário Regional referiu a importância das acessibilidades ou da “conectividade territorial contínua” para as RUP no geral e para os Açores em particular, enquanto região arquipelágica, com nove ilhas dispersas numa extensão de 600 km.

“Nada acontece nos Açores sem transportes. Sempre foi assim. O mar e o ar são as nossas estradas”, afirmou o titular da pasta dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, defendendo que quer na dimensão da ligação interilhas quer da ligação ao continente, devem olhar para os transportes marítimos e aéreos como “o elemento determinante na caminhada da continuidade territorial e da coesão territorial”.

Pedro de Faria e Castro reiterou ainda a necessidade de criação de um programa POSEI-Transportes, sublinhando que “faz todo o sentido” acompanhar a insistente proposta do Parlamento Europeu, como ainda recentemente fez o Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, em reunião com a Comissária Elisa Ferreira.



Saúde

Estratégia da UE para melhorar a segurança sanitária a nível global e assegurar a prestação de melhores cuidados de saúde a todos

A Comissão [adotou](#) uma nova estratégia da UE para a saúde a nível mundial, a fim de melhorar a segurança sanitária global e assegurar a prestação de melhores cuidados de saúde a todos num mundo em mutação. Através desta estratégia, a UE aprofunda a sua liderança e reafirma a sua responsabilidade face aos principais desafios globais e às desigualdades a nível da saúde: a agenda por concretizar no domínio da saúde a nível mundial e a luta contra as ameaças para a saúde na era das pandemias.

A estratégia reconhece que a saúde mundial é um pilar essencial da política externa da UE, um setor de importância crítica em termos geopolíticos e central para a autonomia estratégica da UE. Promove parcerias sustentáveis e significativas entre iguais, com base na iniciativa [Global Gateway](#). Enquanto [dimensão externa da União Europeia da Saúde](#), a estratégia foi concebida para orientar a ação da UE a fim de assegurar uma melhor preparação e resposta às ameaças para a saúde sem descontinuidades.

Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo sobre as novas regras de segurança dos produtos

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre o Regulamento relativo à segurança geral dos produtos (RSGP). Este regulamento atualiza as regras em vigor para garantir que os produtos vendidos em linha e fora de linha são **seguros** e cumprem as normas europeias.

Todos os produtos comercializados na UE estão sujeitos a requisitos gerais de segurança. No entanto, para acompanhar os desafios relacionados com a digitalização e a quantidade crescente de bens e produtos vendidos em linha, as regras gerais de segurança dos produtos em vigor já não são adequadas para dar resposta aos desenvolvimentos e desafios digitais e tecnológicos atuais.

Por conseguinte, o RSGP transforma a Diretiva Segurança Geral dos Produtos, de 2001, num regulamento, moderniza as regras aplicáveis a todos os operadores económicos (fabricantes, importadores e distribuidores) e atualiza-as para as empresas em linha e os mercados em linha. A transformação da diretiva num regulamento assegurará um quadro jurídico sólido para garantir que os produtos são seguros e respeitam as normas europeias.

União Europeia da Saúde: HERA investe quase 1,3 mil milhões de euros na preparação e resposta a emergências sanitárias em 2023

A Autoridade Europeia de Resposta e Preparação para Emergências Sanitárias (HERA) [apresentou](#) o seu segundo plano de trabalho anual, que terá um orçamento de quase 1,3 mil milhões de euros em 2023. Visa a prevenção, preparação e resposta rápida a emergências sanitárias transfronteiriças existentes e emergentes, com enfoque no desenvolvimento e disponibilidade de contramedidas médicas. Este orçamento substancial para 2023 ajudará a HERA a tomar medidas para, entre outras coisas, antecipar as ameaças à saúde e investir em soluções médicas para crises sanitárias.

Ébola: 5 milhões de euros para ensaios clínicos de vacinas e tratamentos em resposta ao surto em curso no Uganda

Em resposta ao atual surto de Ébola no Uganda, a Comissão, através da sua Autoridade para a Prevenção e Resposta a Situações de Emergência, [assegurou](#) 5 milhões de euros do programa “EU4Health” para apoiar ensaios clínicos sobre vacinas e tratamentos contra a estirpe *Ebola Sudan* (SUDV) contra a qual não existe atualmente nenhuma vacina ou tratamento disponível.

Comissão recomenda o reconhecimento da COVID-19 como doença profissional em certos setores

A Comissão Europeia adotou uma [recomendação atualizada sobre doenças profissionais](#). Com ela, a Comissão recomenda que os Estados-Membros reconheçam a COVID-19 como uma doença profissional se for contraída por trabalhadores na prevenção de doenças, nos cuidados de saúde e sociais, na assistência domiciliária, ou - durante uma pandemia - noutros setores onde exista um surto e onde tenha sido provado um risco de infeção.

A Comissão salienta igualmente a importância de apoiar os trabalhadores infetados pela COVID-19 e as famílias que perderam membros devido à exposição laboral à doença. O seu objetivo é reforçar a proteção dos trabalhadores e encorajar uma abordagem consistente em toda a UE. Caberá aos Estados-Membros dar seguimento a esta recomendação e definir os pormenores na legislação nacional.

União Europeia da Saúde: primeiro relatório sobre o estado de preparação em matéria de saúde mostra que a UE realizou grandes progressos

A Comissão Europeia [publicou](#) o seu primeiro [relatório sobre o estado de preparação em matéria de saúde](#). O relatório destaca os progressos realizados nos domínios da preparação e da resposta desde o início da pandemia de COVID-19, centrando-se, em especial, nas contramedidas médicas.

A este respeito, baseia-se nos ensinamentos retirados durante a pandemia e no trabalho realizado para reforçar a preparação e a resposta. Identifica igualmente os novos desafios com que se confrontam as autoridades de saúde pública e descreve as medidas concretas que a Comissão tomará para lhes dar resposta direta.

Muito foi já alcançado. Através da criação da Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA), a Comissão adotou medidas importantes em todos os domínios da preparação em matéria de saúde, incluindo deteção, prevenção, investigação, cooperação internacional, resposta, investimento e luta contra a desinformação.

Saúde global: UE investe 125 milhões de euros na cobertura da saúde universal em parceria com a OMS

A UE [investirá](#) mais 125 milhões de euros para reforçar os sistemas de saúde, em particular para ajudar a expandir a cobertura sanitária universal, ao abrigo de um programa de parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS), assinado pela comissária europeia Jutta Urpilainen e pelo Diretor-Geral da OMS Tedros Adhanom Ghebreyesus. A parceria é um elemento-chave da nova estratégia global para a saúde da UE adotada no dia 30 de novembro pela Comissão Europeia. De facto, o reforço dos sistemas de saúde e o avanço da cobertura sanitária universal a nível mundial é uma das três principais prioridades da estratégia.

As epidemias e pandemias de saúde pública, com as suas consequências sociais e económicas devastadoras, demonstram a importância de investir na cobertura universal da saúde para que todos tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, onde e quando deles precisarem, sem dificuldades financeiras.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Juntos com a Ucrânia: Comissão atribui 5,5 milhões de euros para garantir casas seguras às pessoas que fogem da agressão russa contra a Ucrânia

À margem do Fórum de Alto Nível sobre vias legais de proteção, a comissária europeia para os Assuntos Internos, Ylva Johansson [anunciou](#) a decisão de atribuir 5,5 milhões de euros a um projeto gerido pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC).

Os projetos fornecem uma avaliação das necessidades das pessoas que necessitam de alojamento, fazendo-as corresponder às ofertas privadas e fornecendo orientação a potenciais anfitriões. O projeto reforça a iniciativa *Safe Homes* da Comissão, proposta em junho deste ano.

2.250.000 euros em ajuda de emergência na sequência de inundações mortíferas na Nigéria, Chade e Camarões

A Comissão Europeia [atribuiu](#) uma ajuda humanitária de emergência à Nigéria, Chade e Camarões para que possam enfrentar as consequências das grandes inundações que atingiram a região este ano. As áreas mais afetadas são o nordeste e o sul da Nigéria, a capital chadiana N'Djamena e a região dos Lagos, e o extremo norte dos Camarões. Os projetos a serem apoiados ao abrigo deste financiamento de emergência centrar-se-ão no abrigo, assistência monetária, água, saneamento e higiene, e gestão dos campos de refugiados.

As necessidades humanitárias no Sahel estão a aumentar devido ao efeito combinado de conflitos cada vez mais violentos, pobreza profunda, alterações climáticas e insegurança alimentar e subnutrição sem precedentes. A UE está a ajudar a fornecer abrigo, assistência alimentar e nutricional de emergência, acesso a cuidados de saúde e água limpa, tratamento para crianças malnutridas e proteção para os mais vulneráveis. Além disso, o financiamento assegura o acesso seguro à educação das crianças afetadas por conflitos armados e inclui iniciativas de redução do risco de desastres.

Portáteis para a Ucrânia: nova iniciativa para recolher dispositivos técnicos para escolas, hospitais e serviços públicos ucranianos

A Comissão Europeia, juntamente com o ministério Ucrainiano da Transformação Digital e a DIGITALEUROPE, uma organização europeia que representa a indústria da tecnologia digital, está a [organizar](#) uma nova iniciativa: Portáteis para a Ucrânia. O objetivo é recolher e entregar computadores portáteis, *smartphones* e *tablets* e responder às necessidades fundamentais das escolas, hospitais e administrações públicas nas regiões de guerra mais afetadas da Ucrânia.

As autoridades ucranianas identificaram os computadores portáteis como uma das necessidades mais prementes neste momento. Cerca de 70 mil professores necessitam de computadores portáteis para continuar a ensinar, e 5 mil escolas nas regiões atingidas pela guerra necessitam de dispositivos digitais para garantir que 200 mil crianças em idade escolar possam continuar a aprender. Muitos mais dispositivos são necessários noutros setores e, em particular, para enfermeiros, médicos e administração pública.

As empresas podem fazer doações maiores diretamente através do [Mecanismo de Proteção Civil da UE](#). Para doações mais pequenas, organizações, empresas e cidadãos sediados na Bélgica podem doar dispositivos através da DIGITALEUROPE.



UE decide reforçar a cibersegurança e a resiliência em toda a União: Conselho adota nova legislação

O Conselho [adotou](#) legislação destinada a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União, a fim de reforçar ainda mais a resiliência e as capacidades de resposta a incidentes tanto do setor público como do setor privado e da UE no seu todo. A nova diretiva, denominada "SRI 2", substituirá a diretiva atual relativa à segurança das redes e da informação (a Diretiva SRI).

A Diretiva SRI 2 servirá de base de referência para as medidas de gestão dos riscos de cibersegurança e as obrigações de notificação em todos os setores por ela abrangidos, como a energia, os transportes, a saúde e a infraestrutura digital.

A diretiva revista visa harmonizar os requisitos de cibersegurança e a aplicação de medidas de cibersegurança nos diferentes Estados-Membros. Para alcançar este objetivo, estabelece regras mínimas para um quadro regulamentar, define mecanismos para uma cooperação eficaz entre as autoridades competentes de cada Estado-Membro, atualiza a lista de setores e atividades sujeitos a obrigações em matéria de cibersegurança e prevê vias de recurso e sanções para assegurar a execução. A diretiva criará formalmente a Rede Europeia de Organizações de Coordenação de Cibercrises, EU-CyCLONe, que apoiará a gestão coordenada de incidentes e crises de cibersegurança em grande escala.

Estratégia Drone 2.0: criação de um mercado europeu de drones em larga escala

A Estratégia Europeia *Drone 2.0*, [adotada](#) pela Comissão Europeia no passado dia 29 de novembro, define uma visão para prosseguir o desenvolvimento do mercado europeu de *drones*. Baseia-se no quadro de segurança da UE para o funcionamento e a definição dos requisitos técnicos relativos aos *drones*, que é o mais avançado do mundo.

A Comissão irá lançar agora os trabalhos sobre as 19 ações emblemáticas, a fim de criar o ambiente regulamentar e comercial adequado ao espaço aéreo e ao mercado dos *drones* do amanhã. Estas ações incluem aspetos operacionais, técnicos e financeiros. A estratégia aborda igualmente os temas do ruído, da segurança e da privacidade, e identifica domínios para criar sinergias entre os *drones* civis e de defesa, bem como para aumentar as capacidades anti-*drones* e a resiliência dos sistemas. Mais informações no [comunicado de imprensa](#) e no [documento com perguntas e respostas](#). A conferência de imprensa da comissão dos Transportes Adina Vălean está disponível no canal [EbS](#).

Semicondutores: Conselho adota posição

O Conselho [adotou](#) a sua posição ("abordagem geral") sobre a proposta de regulamento que estabelece um quadro de medidas para reforçar o ecossistema europeu dos semicondutores, mais conhecido como a "Chips Act". O "Chips Act" aborda a atual escassez de semicondutores na Europa. A UE pretende duplicar a sua quota de mercado global em semicondutores de 10% para pelo menos 20% até 2030, a fim de assegurar a futura soberania tecnológica da UE.



Nova agenda europeia para o turismo

O Conselho [adotou](#) as conclusões que estabelecem uma [Agenda Europeia para o Turismo 2030](#), que inclui um plano de trabalho plurianual da UE para ajudar os Estados-Membros, as autoridades públicas, a Comissão e as partes interessadas a tornar o setor do turismo mais verde e mais sustentável, resistente e digitalizado.

A UE é um destino de topo tanto para os visitantes internacionais como para os seus residentes. Contudo, a pandemia da COVID-19 teve um efeito particularmente devastador no ecossistema turístico e levou a perdas significativas de rendimentos e de empregos em toda a Europa: cerca de 11 milhões de empregos no setor turístico da UE foram afetados pela pandemia em 2020.

Embora o setor tenha começado a dar sinais de recuperação, a agressão militar russa contra a Ucrânia teve um impacto negativo na prestação e acessibilidade de serviços de viagens e hospitalidade, tanto para as empresas como para os cidadãos europeus. O aumento dos preços da energia, a elevada inflação e os custos de combustível também tornam as viagens mais caras.

Por esta razão, a Agenda Europeia para o Turismo 2030 sublinha a necessidade de proteger o setor do turismo e, ao mesmo tempo, desenvolver uma visão prospetiva para aproveitar a vontade de muitos europeus de mudar os seus hábitos de viagem e turismo de modo a tornarem-se mais sustentáveis e responsáveis.

Mais no Parlamento Europeu...

[Calendário para 2022 e 2023.](#)



OPORTUNIDADES DE EMPREGO, TRABALHO OU FORMAÇÃO EM BRUXELAS



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: Título da notícia a vermelho, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR – [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT – [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da UE](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!